

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE 04DEZ2019

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas dez horas, reuniram-se no Auditório do Centro Cultural de Cascais, os representantes do Conselho Municipal de Segurança, na modalidade alargada, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Abertura dos trabalhos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais;**
- 2. Aprovação da Ata da Reunião do CMS de 21/06/2019;**
- 3. Apresentação e análise da situação do Município em matéria de criminalidade e segurança pelas seguintes entidades:**
 - 3.1. Polícia Marítima;**
 - 3.2. Guarda Nacional Republicana:**
 - 3.2.1. Destacamento de Sintra (dados relativos a Alcabideche)
 - 3.2.2. Destacamento de Trânsito de Carcavelos;
 - 3.3. Polícia de Segurança Pública:**
 - 3.3.1. Divisão de Cascais;
 - 3.3.2. Divisão de Segurança Aeroportuária da PSP de Lisboa;
 - 3.3.3. Divisão de Segurança a Transportes Públicos Rodoviários da PSP de Lisboa;
 - 3.3.4. Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa;
 - 3.4. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;**
 - 3.5. Polícia Municipal de Cascais;**
- 4. Discussão de assuntos de carácter geral relativos à segurança e ordem pública no concelho;**
- 5. Considerações finais e encerramento dos trabalhos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais.**

Pelas dez horas, deu início à sessão o Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança, com apresentação de cumprimentos, informando os membros que Cascais tem vindo a cumprir as obrigações nos termos da lei não só no âmbito do Conselho Municipal de Segurança, mas também na Comissão Municipal de Protecção Civil e na Comissão Municipal de Defesa de Floresta, uma vez que têm sido inspiradores pelos bons resultados alcançados e pelas boas práticas demonstradas. Têm sido inspiradores de outros Conselhos Municipais que surgiram, uns por imposição da lei, outros por decisão do Sr. Presidente da Câmara como é o caso do Conselho Municipal de Educação, de Saúde e do Mar, e outros que irão ser dinamizados, isto no âmbito do exercício da Democracia Representativa. Referiu ainda que a forma que entenderam que deviam evoluir foi através do Orçamento Participativo e ainda lançando a Democracia Colaborativa que é o que se está a fazer no Conselho Municipal de Segurança, frisou que a democracia não tem que ser avaliada do ponto de vista quantitativo ou seja, quem tem mais votos ganha a quem tem menos, mas há toda uma colaboração entre todas as entidades seja da sociedade civil, seja pública, seja a nível do governo central, governo regional, governo local, quer de muitas outras instituições que têm ganho relevo no nosso território.

Mencionou ainda que a nível de segurança têm-se vindo a registar, a nível do país, cada vez menos crimes, dando alguns dados retirados da base PORDATA. Assim: em 2001 – 9481 registos de atividade criminosa; em 2017 – 6511 registos de atividade criminosa, referiu que é uma redução bastante substancial, e quem está dentro destes assuntos percebe que nem todos os crimes têm a mesma gravidade e incidência, utilizando ainda os números acima, em termos de violência doméstica, passou-se em 2010 de 522 ocorrências, para 565 em 2011, e em 2017 para 426 o que é uma evolução positiva, mas referiu que cada um destes crimes *per si* é uma situação grave. Mencionou os registos positivos e agradeceu a todas as Instituições e principalmente às forças de segurança, a evolução positiva e trabalho que têm vindo a fazer, razão pela qual a Câmara Municipal tem vindo a substituir algumas fragilidades que estas Forças de Segurança têm no nosso território, não sendo competência do Governo Local, mas, em cooperação com o Governo Central, tem vindo a dotá-las, na medida do possível, com as condições necessárias.

Referiu ainda o Sr. Presidente do Conselho, que a maior evidência de cooperação com o Governo, foi a conclusão, ao fim de várias décadas, da Esquadra da PSP de Cascais que já era uma vergonha para os Cascalenses e para o próprio Presidente da Câmara, o alerta foi a quantidade de governos e ministros com os quais falou para a conclusão do processo.

Passou então ao ponto 2 da ordem de trabalhos, aprovação da Ata da Reunião do CMS de 21/06/2019, que foi aprovada por unanimidade. Deu-se continuidade á ordem de trabalhos passando ao ponto 3.

Apresentação e análise da situação do Município em matéria de criminalidade e segurança pelas seguintes entidades:

Polícia Marítima – Sr. Capitão do Porto de Cascais – Capitão-Tenente Rui Pereira da Terra: iniciou a sua apresentação informando que a área de Intervenção da Capitania do Porto de Cascais se estende desde Carcavelos até Torres Vedras, sendo que a maior parte das ocorrências se cinge à zona do Município de Cascais, local onde tem a maior densidade turística, com treze praias vigiadas, uma de uso suspenso e uma de uso limitado.

Em termos de contextualização são cerca de 70 km de costa em quatro concelhos, com um POOC a diferentes velocidades de adaptação, com as diferentes Câmaras com as quais trabalham.

Referiu ainda que trabalham com dois fundeadouros para navios mercantes, em frente à baía de Cascais, e no total 37 praias, 5km de areal balnear, tendo para o efeito 55 funcionários, 14 dos quais integrados na estação salva-vidas.

Mencionou que tiveram ação direta num total de 497 eventos durante este período, 204 dos quais foram eventos desportivos, 118 culturais e 175 de diversos tipos. Referiu que nesta zona um dos temas que tem sido recorrente são os desportos de deslize com a sua projeção na nossa costa, sendo que só nesta época balnear foram autorizadas 115 novas escolas. Frisou ainda que com toda esta panóplia de atividades, tentam sempre a salvaguarda do policiamento, auxílio e socorro em toda a costa, e em zonas de difícil acesso como o caso de arribas ou praias onde o acesso só pode ser feito por embarcações.

Fez o ponto de situação referente às viaturas que, finalmente este ano, com a estreita colaboração que Câmara Municipal tem com as forças de segurança, conseguiram finalmente ter o parque automóvel renovado, e assim ter melhores meios em prol do cidadão. Referiu que a estação Salva-Vidas está em instalações provisórias desde 2007, e deveria funcionar com 6 elementos, mas funciona apenas com 5, embora neste campo já tenham a aprovação da APA para mudar de instalações igualmente na Marina de Cascais. Mencionou ainda que as novas instalações serão as primeiras em Portugal que incluirão género masculino e feminino.

Informou ainda que durante a época balnear tiveram uma parceria com o programa SeaWatch, uma parceria do ISN com 4 militares atribuídos, em que as carrinhas vieram este ano muito melhor equipadas, carrinhas estas que visam a vigilância de praias não vigiadas, mas não quer dizer que no seu trajeto não intervenham nas praias vigiadas. Em resumo a época balnear teve início a 01MAI e terminou a 15OUT, com vários reforços e salientou o trabalho com os concessionários de modo a que os pedidos de exploração e planos de salvamento tivessem os pareceres vinculativos do ISN no início da época.

Mais referiu que o mais importante da época balnear foi ter-se atingido o patamar de zero afogamentos balneares. Foram feitos não só pela capitania, mas também pelas Associações com que a Capitania trabalha e por Privados, 196 salvamentos, em que 182 foram feitos pelos nadadores salvadores e 14 pela Estação Salva-Vidas de Cascais.

Referiu que não foi uma época balnear fácil, pois tiveram que fazer várias interdições de praia: tiveram uma desordem pública na praia do Tamariz, interditou-se as praias pela presença de caravelas portuguesas, presença de algas em Carcavelos, ainda as situações das praias de Santa Marta, Duquesa e Azarujinha relativas a análises positivas a poluição. Mas tudo fluiu com base nos grupos de trabalho constituídos e que estavam a par do que ia acontecendo e iam gerindo dentro das interdições o que era necessário fazer.

No âmbito da prestação de auxílio e socorro, mencionou que houve um acréscimo, tudo porque cada vez mais é maior a procura da nossa costa, o turismo é cada vez mais forte, e tem estado a ser feito um enorme trabalho com as associações e os nadadores-salvadores.

Assim, e face aos relatórios cada vez mais detalhados, cada vez mais se tem a perceção das ocorrências, referiu os números na área de Auxílio e Socorro, mencionando 1033 ocorrências, das quais 182 são salvamentos, contra 94 do ano anterior, fizeram também mais primeiros socorros (765), enquanto em 2018 tinham sido 446, mas o que preocupa de facto, dado o elevado numero, é a busca de crianças perdidas na praia, que subiu de 19 em 2018 para 112 em 2019, informou que já tinham sido identificadas várias causas, entre elas a distração dos pais com o telemóvel, projeção das crianças na praia sem acompanhamento, e reportado o facto às entidades, nomeadamente à Câmara Municipal. A Estação Salva-Vidas de Cascais, efetuou 115 saídas, tendo feito 8 salvamentos, salvou 14 vidas. Deu ainda alguns exemplos



de prestações de auxílio e socorro, a saber: desde resgate de veleiros a navegar solitários, a veleiros no nosso fundeadouro interior no qual salvam a tripulação e a embarcação, resgate na Boca do inferno no qual salvam o desportista náutico uma vez que mota de água não funciona. Relativamente a Cascais referiu ainda que tiveram a morte súbita de um pescador e 2 suicídios, esta tendência tem-se mantido nos últimos anos.

Frisou ainda a participação em diversos exercícios, sendo que o que mais tempo e mais efetivos ocuparam foi o "International Cascade - Alerta Tsunami" em articulação com a Câmara Municipal de Cascais e a Protecção Civil, e ainda estiveram presentes na Operação 30Days of Sea da Interpol, que focava especificamente combater focos de poluição, estiveram ainda no Exercício ISPS 2019, na Marina de Cascais, que consistia em descobrir objeto suspeito nas instalações, bem como no exercício "A Terra Treme", continuam com os Batismos de Mar, Formação Cívica nas praias. Integraram ainda o esquema de segurança da procissão da Nossa Senhora dos Navegantes, Open Day da Marinha e semana da Protecção Civil no CascaiShopping.

Mencionou que foi finalizado o sistema de costa segura que permite fazer a monitorização dos portos e barras de todo o país, tendo a respetiva cerimónia decorrido em Cascais

Como nota final referiu que continuam a fazer a gestão rigorosa dos fundeadouros com regras de segurança apertadas para que não se verifiquem acidentes como os que ocorreram no passado e sempre que não existam condições de segurança para os navios mercantes a capitania é a primeira a referir para os mesmos saírem. Em relação à situação da Baía de Cascais mantém-se o problema do assoreamento de que se falou na última reunião.

Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial da GNR de Sintra representada pela Comandante do Subdestacamento da GNR de Alcabideche Tenente Inês Rabaça – Começou por fazer um enquadramento da estrutura da GNR, dependendo do Comando Geral, referiu então que a estrutura se divide por: Secção de Operações, Secção de Protecção da Natureza, Secção de Justiça e Secção de informações e Investigação Criminal e Secção de Recursos Humanos. Está depois dividido em 5 destacamentos territoriais, 1 destacamento de intervenção e 3 de trânsito.

Relativamente ao Subdestacamento de Alcabideche, os eventos de 2019 foram muitos embora alguns já tivessem transitado de anos anteriores. Referiu que os eventos desportivos são algo que gostava de realçar neste Conselho. Mencionou ainda que este foi mais um ano em que houve uma excelente colaboração entre as forças de segurança deste Concelho, frisando que não é uma realidade noutros concelhos, mas neste tem orgulho em dizer que trabalham todos muito bem e assim os eventos correm muito bem. Agradeceu ainda ao Sr. Presidente da Câmara a entrega de 2 motos e 2 carros, que estão a operar no Subdestacamento de Alcabideche.

Referiu o programa Aldeia Segura em coordenação com o Serviço de Protecção Civil, o qual decorre em 2 aldeias da freguesia (Biscaia e Figueira do Guincho), mencionou que participaram em vários simulacros no CascaiShopping, sobre incêndio e ameaça de bomba. Deu conhecimento ao CMS, que vão iniciar as ações de sensibilização sobre incêndios florestais, bem como sobre prevenção, este ano incidindo na prevenção rodoviária nomeadamente com as pessoas que fazem a utilização da via pública, para assim refletirem sobre a sua utilização e como diminuir o número de atropelamentos, que é um caso complicado em termos de números a nível nacional. Referindo-se à violência doméstica, a GNR de Alcabideche faz

questão de aumentar cada vez mais o número de ações de formação, exemplificando com a ação que decorreu no CascaiShopping com uma peça de teatro sobre o tema e que julga que se deveria repetir noutros locais do concelho, lembrando que as vítimas deste flagelo não são só mulheres, mas também homens. Relativamente à violência no desporto, mencionou uma ação particularmente importante "Violência no desporto – Estoril Praia" na qual se falou do respeito que deve haver no desporto e que é nos jovens que se tem que incidir cada vez mais. No final desta ação inseriu-se a palavra Respeito.

Comunicou ainda ao CMS que vão avançar com um projeto-piloto, uma parceria entre a GNR, o Hospital de Cascais e o Hospital Amadora-Sintra, e a Ordem dos Enfermeiros, o qual está ligado à temática da violência doméstica e faz com que a ação da Guarda seja muito mais rápida e eficaz e consta do seguinte: a partir do momento da triagem o enfermeiro deteta uma situação de violência doméstica, entra em contato com um operador da GNR, fará um resumo da situação e esse mesmo enfermeiro em poucos minutos será de novo contactado por um militar especialista nesta temática e em todas as situações necessárias o militar desloca-se ao hospital, protegendo assim todos os profissionais de saúde que estão inerentes a estas situações e que muitas vezes são complicadas de gerir.

Mencionou ainda outra ação que estão a dinamizar no Hospital de Cascais, em termos de defesa pessoal, ministrada por um militar de operações especiais, esta a pedido dos próprios profissionais de saúde que muitas vezes se encontram em situações difíceis de gerir.

Ao nível das ocorrências, referiu que em 2019 tiveram um decréscimo, sendo que em 2018 houve cerca de 1635 processos-crime e até 1DEZ2019 apenas 1522. Quanto ao número de detidos, em 2018 foram 187 e este ano 160; relativamente às prisões preventivas, tiveram mais uma que no ano transato, todos em contexto de violência doméstica.

Informou que os dados que mais preocupam a GNR neste momento é o aumento da violência doméstica. O Subdestacamento de Alcabideche, no decurso deste ano, registou 1522 processos-crime, tendo efetuado a detenção de 160 pessoas. Refere que a maior parte desta criminalidade está associada à violência doméstica (100) e a furtos em residências (88), furtos a veículos (105), bem como a estabelecimentos (136). Mencionou que aumentou o número de furtos em veículos e em residência e baixou o número de furtos a estabelecimento, fruto de ações de formação no CascaiShopping, local recorrente deste tipo de furtos.

No que se refere à sinistralidade rodoviária apenas apresenta os dados referentes a Alcabideche, mencionando que só neste ano ocorreram 406 acidentes, resultando 2 vítimas mortais – 1 vítima de atropelamento e 1 criança que estava a ser transportada indevidamente, 7 feridos graves e 113 feridos leves.

Referiu ainda que no âmbito da proteção ambiental, foram já registadas 69 ocorrências até 01/12/2019, mais que no ano transato, das quais 80 foram falsos alarmes; ao nível da defesa da floresta foram levantados 15 autos em 2019. Referiu que a área ardida este ano foi menor e mencionou que a partir de JAN2020 a GNR passa a ter a competência de todo o ataque inicial em todo o território nacional a nível de incêndios e que a partir de Mafra, em 6 minutos, o helicóptero chega a qualquer ponto do concelho tendo já sido efetuadas 20 intervenções por parte deste mecanismo. Destacou ainda que ao nível da linha SOS os números diminuíram de 91 em 2018 para 78 este ano. Ao nível de canideos registaram-se 36 ocorrências contra 32 em 2018, a recolha de aves foi praticamente inexistente (7) e no que se refere aos resíduos mantiveram-se os mesmos valores (11).

No final da sua apresentação a Sra. Tenente Inês Rabaça, mencionou ainda os programas especiais no âmbito da GNR – Idosos em segurança, uma vez que existem 98 idosos sinalizados, sendo que 5 estão isolados. Salientando o Programa Aldeia Segura, referiu o Programa Escola Segura com menos incidência na área do abandono escolar sendo de 31 em 2019, contra 45 em 2018. Relativamente a autos de notícia até 01/12/2019, foram levantados 8 por atos ilícitos e 14 informações de ato ilícito em ambiente escolar. Mencionou ainda que ações de sensibilização foram um total de 170, entre as quais: Violência no namoro, Bullying, internet Segura.

Terminou a sua apresentação agradecendo mais uma vez a excelente colaboração entre todas as forças de segurança, exemplo que tem que ser realçado.

Após o término da apresentação, o Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança, chamou o representante do Destacamento de Trânsito da GNR de Carcavelos para fazer a sua apresentação.

Guarda Nacional Republicana - Destacamento de Trânsito de Carcavelos: representado pelo Sargento-Chefe Manuel Barreira: Começou a apresentação fazendo um enquadramento sobre o Destacamento de Trânsito de Carcavelos, o qual pertence ao Comando Territorial de Lisboa, com uma área de intervenção que abrange, além do município de Cascais, Sintra, Mafra, Oeiras e Lisboa, desenvolvendo a sua missão nas áreas de fiscalização e regulação da circulação rodoviária, proteção e socorro e investigação criminal em acidentes de viação. Referiu que na área do Município de Cascais apenas têm 29.800km de vias, nas quais se incluem a A5, A16, e as estradas Nacionais. O Destacamento de Trânsito de Carcavelos tem, neste momento, 14 viaturas e 5 motociclos, com 58 militares no ativo.

Referiu ainda, no capítulo dos crimes contra as pessoas, onde se enquadram as ofensas contra a integridade física e homicídio por negligência em consequência de acidentes rodoviários, e crimes contra a vida em sociedade enquadra-se a condução sob o efeito de álcool, neste campo deixou os dados para o município de Cascais onde até DEZ2019 decorriam 3 inquéritos relativos a homicídios por negligência, 4 por ofensas à integridade física e 3 referentes a outros crimes.

Em termos de patrulhamento, referiu que neste ano houve cerca de 3876 patrulhamentos com 499.631 Km percorridos e 6183 condutores fiscalizados, num total de 80 operações de fiscalização, tendo dado origem a um total de 109.125 autos de contraordenação e 225 crimes rodoviários, mas em Cascais apenas se verificaram 27 desses crimes. Fiscalizaram-se menos 1,2% de condutores em 2019 e foram levantados cerca de mais 1,5% de autos por excesso de velocidade (4603), por condução sob efeito do álcool menos 1,2% (224), sendo que destes 87 com taxa igual ou superior a 1,2g/l, o que quer dizer que as pessoas estão mais sensibilizadas para as questões do álcool.

A nível de acidentes no Município de Cascais, este ano temos um total de 148, contra 175 no ano anterior, dos quais resultaram 58 feridos leves, mais 37 que em 2018, resultando 2 feridos graves, mais 1 que no ano passado, e 1 vítima mortal, detetada na A5.

O Sargento-Chefe Barreira, mencionou os números referentes ao tráfego que circula na A5, referindo que só no nó de São Domingos de Rana, à data de 30/11/2019, passou uma média de 80.903 viaturas por dia, e em plena via (que se dirigem para Cascais) cerca de 92.086, o corresponde a um aumento significativo do trânsito. Em termos totais, dá cerca de 29.369.006 viaturas até à data acima mencionada.

Relativamente aos desafios futuros, o Destacamento de Trânsito de Carcavelos pretende uma formação adequada e especializada, melhorar a qualidade de serviço, fazer ações de sensibilização na segurança rodoviária e ter maior policiamento nos locais de sinistro.

O Sr. Presidente do CMS passou então a palavra à PSP.

Polícia de Segurança Pública – Divisão de Cascais – Subintendente Reinaldo dos Santos: Iniciou a apresentação cumprimentando todos os presentes e referindo que se encontra no cargo de Comandante da Divisão da PSP de Cascais desde 01/09/2019, após o que fez um breve enquadramento sobre a PSP de Cascais, informando que a mesma está dividida em 3 áreas: a área administrativa, área operacional e as subunidades que são as esquadras que compõem as unidades territoriais de Cascais, e todas elas respondem às mais variadas temáticas. Deu ainda a conhecer a sua localização. Louvou também as novas instalações, onde trabalham atualmente 170 polícias com boas condições, embora o edifício esteja subdimensionado, uma vez que grande parte do mesmo é para alojamento.

Fez então menção às áreas de intervenção de cada esquadra, sendo que em termos de área Trajouce tem a seu cargo 20,36km e 57.502 habitantes, Parede 3,6km para 21.660 habitantes, Cascais com 20.32 km e 35.409 habitantes, Estoril tem 8.9km e Carcavelos 4.51km, para referir que cada esquadra tem apenas um carro patrulha. Relativamente ao número de efetivos, A Divisão tem nesta data apenas 407 efetivos contra 426 no ano passado.

Mencionou que deram resposta imediata a cerca de 1.300 solicitações mensais, registando-se um pico nos meses de verão. Até novembro do corrente ano deram resposta a um total de 13.734 ocorrências. Relativamente à atividade criminal, e comparando os trimestres, houve uma diminuição de quase 50%, mas o mesmo se verifica a nível nacional. Assim, no 3º trimestre de 2018 houve 2.117 ocorrências, contra 1.247 no mesmo período deste ano. A análise dos dados referentes à atividade criminal da área da PSP, até NOV2019, indica que os valores são bons, pois têm vindo a diminuir ou a manter-se, nomeadamente o roubo por esticção (21 - 3º trimestre de 2018, 22 no 3º trimestre de 2019), o furto por carteirista (107 – 3º trimestre de 2018, 48 – 3º trimestre de 2019). O furto em residências e outros roubos na via pública, bem como o furto por carteiristas têm sido alvo de especial atenção por parte da PSP, o que levou a que este fenómeno não se implementasse muito em Cascais, havendo uma pequena descida. Assim, só no terceiro trimestre de 2019 tiveram 52 ocorrências relativas a furto em veículo motorizado, furto em residência 81, furto a estabelecimento comercial com arrombamento tiveram 73 ocorrências

Relativamente à burla praticada via sistema informático, referiu que no 3º trimestre de 2019 já houve 106 participações, embora a PSP apenas possa intervir na área da sensibilização.

Na área da violência doméstica, referiu que o acréscimo dos registos não quer dizer forçosamente que o número de crimes tenha aumentado, podendo antes ser o reflexo de um aumento das denúncias, o que demonstra que as ações de sensibilização por parte das forças

de segurança têm dado resultado. Este é um crime que deixa a PSP preocupada e à semelhança da GNR, assim que há uma denúncia por violência atuam de imediato. Referiu que desde setembro já fizeram várias detenções das quais resultaram 4 prisões preventivas, tendo só no 3º trimestre deste ano havido 186 denúncias, contra 102 de igual período do ano passado.

Apresentou ainda outros dados, dando a conhecer outras ações que a PSP faz, nomeadamente as penhoras, cuja duração pode chegar às 3H00, ocupando um carro patrulha e 2 agentes, e só no 3º trimestre de 2019 a PSP já efetuou 38. Informou ainda outra situação, que em nada tem que ver com a segurança pública, mas que compete à PSP, que são as notificações e nos três trimestres de 2019 já efetuamos 11.138.

Na área do trânsito, registou-se uma tendência de decréscimo no número de acidentes, mas com aumento da sua gravidade, tendo-se registado cerca de 400 acidentes por trimestre, aumento de vítimas mortais na Estrada Marginal, referindo que o ponto negro desta via continua a ser a Parede, informando já ter apresentado um estudo sobre o local às Infraestruturas de Portugal, mas já o mesmo se tinha registado no ano anterior. Assim, registaram-se 3 vítimas mortais, 131 feridos leves e 3 feridos graves. Todos estes dados reportam ao 3º trimestre de 2019, à exceção do número de mortos que são dados do 2º trimestre.

Na área da fiscalização rodoviária por radar foram feitas 9.296 fiscalizações no 3º trimestre de 2019, contra 4.125 em igual período do ano passado. Estas são ações preventivas, uma vez que são previamente anunciadas e deste modo pretende-se diminuir a sinistralidade em Cascais. Quanto aos condutores fiscalizados, houve um decréscimo em relação a igual período do ano passado, passando de 4342 em 2018 para 2670 em 2019.

Na área da investigação criminal, comparou os dados dos 3º e 4º trimestre de 2018 com igual período de 2019, tendo referido que receberam 492 processos em 2018, contra 400 processos este ano, concluindo 353 processos em 2018 e 478 em 2019. Relativamente aos inquéritos criminais o volume aumentou, mas quanto aos ofícios precatórios mantem-se um equilíbrio: no 3º trimestre de 2018 foram recebidos 353 e concluídos 311 e em 2019 recebidos 327 e concluídos 377. Quanto aos mandados de detenção, nos últimos 2 trimestres houve um aumento da capacidade de resposta para os mesmos, ou seja 82 em 2019 contra 52 no mesmo período do ano transato.

Relativamente a armas e explosivos, os processos mantem-se equilibrados, sendo que no 3º trimestre estavam em curso 583 processos. Quanto ao número de entrega de armas, registaram-se 186 entregas só no 3º trimestre, estando as pessoas a aproveitar a possibilidade de entrega voluntária da arma sem qualquer consequência criminal ou contraordenacional, de acordo com a nova lei. Quanto à entrega de munições, a mesma baixou significativamente, de 1.551 no 3º trimestre de 2018 para 269 em igual período deste ano.

Quanto ao policiamento de proximidade, a PSP tem desenvolvido algumas ações através das equipas no terreno: No Namoro Não Há Guerra; Incêndios Rurais; Bullying é Para Fracos; Planeta Azul; Programa Escola Segura, Desafios da Demência e Desafios Saudáveis, tendo envolvido 170 viaturas, 5.403 alunos, cerca de 289 professores e 468 pais. Em termos de contatos individuais, foram feitas abordagens a 1.806 alunos, 26 professores, 17 pais e 22 participações para a CPCJ.

Quanto ao Programa Comércio Seguro também foram desenvolvidas 209 ações, com 492 contatos individuais a comerciantes. Na área do Idoso em Segurança fizemos 224 ações com 6.064 contatos individuais.

Desenvolveram ainda outras ações, entre elas um jogo de futebol com a Cercica, ações nas escolas com demonstração de meios bem como das valências da PSP, participação nas 1^{as} Jornadas da Comissão Social da Junta de Freguesia de Alcabideche, Semana do Voluntariado Jovem, Semana da Protecção Civil, Ação no Jumbo das Cadeiras Auto, Dia Mundial da Bicicleta com a Escola Fixa de Trânsito, Iron Man, Harley Davidson, Festa da Criança, 24H Bike Race, Festa do Animal.

E terminou a sua apresentação mencionando que a PSP, enquanto membro do CMS, continuará a encontrar soluções para a segurança, frisando que com os meios e efetivos que dispõem vão continuar a empenhar-se com afinco para conseguir dar confiança aos Municípios de Cascais e garantir direitos, liberdades e garantias sem exceção.

Não havendo qualquer questão, o Sr. Presidente do CMS, passou a palavra à Divisão de Segurança Aeroportuária da PSP de Lisboa;

Divisão de Segurança Aeroportuária (DSA) da PSP de Lisboa – Intendente Pedro Pinho: Começou por fazer o enquadramento da DSA, referindo que a PSP é uma polícia nacional e integral, dizendo que a vinda a este CMS reporta ao facto de desde o passado mês de abril existir uma Esquadra especializada no Cascais Airport, tendo a PSP uma estrutura territorial que corresponde à divisão administrativa do nosso país composta por dois Comandos Regionais (que correspondem às nossas ilhas), dois Comandos Metropolitanos – Lisboa e Porto, e dezasseis Comandos Distritais localizados nos demais distritos do país, uma Unidade Especial de Polícia com cinco especialidades, dois Estabelecimentos de Ensino (um para oficiais e para o público externo e outro para chefes e agentes) e também os Serviços Sociais. Ainda no enquadramento, referiu que o Comando Metropolitano de Lisboa está dividido em unidades e subunidades de competência genérica e de competência especializada. As primeiras são divisões e esquadras sedeadas nos limites administrativos da cidade de Lisboa, seis divisões que destacadas e que correspondem aos limites administrativos dos concelhos da área Metropolitana a Norte do Rio Tejo (com exceção para Loures que engloba não só Loures mas também Odivelas e Torres Vedras). A DSA é uma unidade de competência especializada com uma relação muito íntima com o Aeroporto de Lisboa, uma vez que está lá há 77 anos, e pretende que também a venha a ter com o de Cascais.

O efetivo da DSA compreende 271 Homens e mulheres, e inclui, para além da Esquadra de Segurança Aeroportuária de Cascais (ESAC), com 11 efetivos, uma Esquadra de Intervenção e Fiscalização, Uma Esquadra de Investigação Criminal e uma Esquadra de Trânsito.

A área de intervenção da DSA corresponde a todo o aeroporto da Portela e também parte da sua área envolvente, com um perímetro de cerca de 13km, tendo a Esquadra de Cascais um perímetro de 5.1Km de área de segurança.

Na área das atribuições e competências, e de acordo com a Lei orgânica, referiu que compete à PSP manter a vigilância e proteção de pontos sensíveis nomeadamente em infraestruturas aeroportuárias em termos de policiamento geral, passando assim a explicar o que fazem

efetivamente em termos de da segurança da aviação civil e de proteção de fronteira. No policiamento geral garantem a ordem, e tranquilidade públicas, a segurança e a proteção de pessoas e bens, assim como a prevenção criminal, garantindo ainda a mobilidade, ordenamento e regularização do trânsito. No que à segurança da aviação civil diz respeito, asseguram a operação do centro de operações de segurança do aeroporto (COSA), ainda que sediado no Aeroporto Humberto Delgado está também ligado ao Cascais Airport, asseguram a verificação de antecedentes criminais para efeitos de emissão de cartões de acesso às zonas reservadas do aeroporto de Lisboa e do Cascais Airport. Garantem ainda a guarda e patrulhamento interno e externo dos aeroportos e aeródromos dentro das áreas de responsabilidade. Colaboram ainda em ações de treino e formação estabelecidas no Programa Nacional de Formação de Segurança da Aviação Civil. Garantem o controlo de multidões, fiscalizam e supervisionam a atividade desenvolvida pela segurança privada, coordenam várias situações de contingência, tratam também da busca, deteção, remoção e desativação de engenhos explosivos e em situação de incidente tático efetuam a tomada de aeronave objeto de intervenção ilegal.

Na proteção de fronteira, sem ferir as competências do SEF, compete à PSP vigiar aeroportos e monitorizar áreas internacionais, fazer a prevenção da imigração irregular nos postos de fronteira e assegurar que todo o cidadão é submetido ao controlo de pessoas na fronteira.

O Intendente Pedro Pinho, passou à apresentação dos dados estatísticos do aeroporto de Lisboa, referindo que de ano para ano os mesmos aumentam exponencialmente, esperando-se que até final deste ano 31 milhões de passageiros passem por Lisboa.

No caso do Cascais Airport o número de aeronaves no ano passado ultrapassou os 21 mil movimentos, entre aterragens e descolagens, este ano já ultrapassa os 19 mil – dados a 31OUT. Em termos de passageiros, entre maio e outubro já eram cerca de 9 mil, com tendência para crescimento.

Relativamente a rondas, vigilância e controlos físicos, que são outras competências da PSP, já foram feitas mais de 42 mil. Controlos de rede, plataformas e operações Stop e aeronaves mais de 2mil, terminais de bagagem, carga e correio cerca de 256 e supervisão de postos de rastreio 79 mil.

No Cascais Airport em termos de controlo de rede, efetuaram-se, de 16ABR-31OUT, 540 vigilâncias, 502 supervisões de postos de rastreio por pessoa, 225 fiscalizações a plataformas e operações stop e 206 aeronaves fiscalizadas, foram igualmente fiscalizados cerca de 1700 funcionários.

Colaboraram no exercício LIVE EX, no Cascais Airport, um exercício à escala total, tendo por base um acidente com uma aeronave de passageiros na sua aterragem.

Enunciou ainda as ameaças e desafios, sendo que a primeira ameaça em termos de *security* é o terrorismo, o qual é global aos países ocidentais, informou que a principal ameaça que se vive nos dias de hoje nos aeroportos se prende com a ameaça interna, isto é, a falta de cultura de segurança dos seus funcionários, o que faz criar o perigo e aumentar o risco. Outros fatores de ameaça são a criminalidade organizada, tráfico de estupefacientes, tráfico de espécies protegidas, contrabandos e falsificações. As ameaças em termos de *safety* são as situações de emergência e as doenças contagiosas.

Relativamente aos desafios externos, os mesmos prendem-se com a proteção de *soft targets*, reduzir a ameaça interna, minimizar as vulnerabilidades, garantir a ordem e segurança pública, bem como prevenir atos de interferência ilícita, a criminalidade e também a proteção de fronteira. Os desafios internos são manter a creditação dos polícias em segurança da aviação civil, acautelar as suas competências profissionais, otimizar recursos e inovar, criar a esquadra de Cascais.

Terminou a sua apresentação, referindo-se a essa esquadra, a qual é especializada, referiu a sua localização do lado ar, para atendimento ao público interno do Cascais Airport, mencionando que antes de MAI2015 toda a atenção para o aeródromo visava sobretudo a resposta a ocorrências – solicitadas ou detetadas pela PSP de Cascais, mas informou que desde MAI2015 a Divisão da PSP de Cascais, tomou intervenção no local, passando para a responsabilidade da DSA a partir de abril deste ano. Referiu ainda que no período anterior se verificavam os seguintes incumprimentos de legislação: falhas no controlo de acessos a *staff*, falta de uso de cartão de identificação ou cartão de tripulante, circulação nas zonas reservadas de segurança sem livre-trânsito, falhas no rastreio de pessoas que não passageiros, falta de controlos físicos. Assim a partir de MAI2015, iniciaram-se 4 rondas semanais/mínimo, garantidas pela PSP de Cascais, ações de sensibilização para uso de cartões de identificação nas zonas reservadas de segurança, uso de livre-trânsito nos veículos para acesso ao lado ar. A partir de ABR2019, a presença da PSP no espaço passou a ser 24:00H, 7 dias por semana, colabora-se na resolução de ocorrência, controla-se o acesso de *staff* e veículos, fazem-se rastreios a *staff* e seus objetos, garante-se vigilâncias, rondas e controlos físicos. Referiu ainda que para 2020, tencionam reforçar o efetivo da ESAC e fazer mais operações dedicadas, para assim garantir mais segurança ao espaço.

O Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança, tomou a palavra e referiu que foi demais o tempo em que o aeroporto de Cascais esteve com níveis de segurança, fiscalização e controlo tão reduzidos e isso preocupava-o, uma vez que existia aqui em território nacional um autentico passadouro, sem qualquer tipo de controlo, mas a situação irá melhorar ainda mais com a construção da nova aerogare, a qual permitirá a outras forças de segurança ter uma presença mais condigna e mais eficaz dentro do próprio aeroporto de Cascais. Referiu ainda que com as previsões que todos têm, o aeroporto será cada vez mais importante até no âmbito da política aeroportuária portuguesa, uma vez que a aviação executiva já praticamente deixou Lisboa e veio para Cascais, o que aumenta as responsabilidades, mas sendo também uma oportunidade para o concelho. Referiu que a colaboração é excelente, mas vai ter que ser ainda melhor. Passou então a palavra ao Subintendente António Pedro Fortes, da Divisão de Segurança a Transportes Rodoviários da PSP de Lisboa.

Divisão de Segurança a Transporte Públicos (DSTP) da PSP de Lisboa – Subintendente António Pedro Fortes: Iniciou a sua intervenção fazendo um pequeno enquadramento da DSTP, começando por dizer que a nomenclatura da mesma induz em erro quanto à sua missão e objetivos. É uma divisão que para além da competência dos transportes públicos ferroviários tem também a competência sobre o turismo e sobre a parte da componente doutrinária internacional.

Sendo esta a única Divisão direcionada para a segurança em transportes públicos (ferroviários e turismo) tem sob sua responsabilidade as redes de Metro de Lisboa, Linha de Sintra, Linha de Cascais, Linha da Azambuja, CP, Fertagus e a componente de turismo, quer sejam residentes ou passageiros. Tendo sido fundada em 1995, é uma divisão de competência específica e como acontece neste tipo de divisões todos os seus membros são obrigados a ter um curso específico de segurança a transportes ou turismo.

Referiu que todo o patrulhamento é direcionado para os locais e horários mais sensíveis, com maior índice de criminalidade, daí a necessidade de uma análise sistemática da criminalidade, realização de operações policiais em locais pré-definidos, referindo que nesta divisão existe uma particularidade: toda a sua área, todo o seu âmbito de atuação ou são infraestruturas críticas ou são um alvo, no último caso os Turistas.

Em termos de Subunidades, referiu a área de Intervenção, com 20 efetivos, a Sede com 26 polícias, a 1ª esquadra (situada no Marquês de Pombal), com 49 efetivos, a 2ª esquadra com 43 na Linha de Sintra, a 3ª esquadra em Oeiras com 34 e a 4ª Esquadra, para a linha da Azambuja com 41 polícias (situada na Estação do Oriente). Na área da Investigação Criminal existem 9 efetivos para a Comarca de Lisboa, a Esquadra de Turismo tem 41 polícias; existem ainda duas Esquadras de Turismo em Lisboa, uma no Palácio Foz e outra em Santa Apolónia. Em Cascais, a área do turismo é assegurada pela Divisão da PSP de Cascais. Mencionou ainda a esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial, a qual tem duas Equipas de Intervenção Rápida, as quais se deslocam sempre apeadas, sendo esta a filosofia da DSTP: qualquer polícia nas suas deslocações deve utilizar sempre as ferrovias, pois é uma forma de cobrir uma malha muito maior de policiamento.

Relativamente às complexidades que se apresentam a esta Divisão, frisou o facto das plataformas e interfaces possuírem espaços comerciais, comboios, metro, parques de estacionamento, uma vez que são espaços com grandes áreas e grandes flutuações momentâneas de passageiro, sendo zonas diferenciadas com atores bastante diversos e com entidades responsáveis a vários níveis.

Ainda no que que à complexidade diz respeito, referiu que no contexto atual não existem formas de controlar passageiros nem bagagens. Uma vez que a maior parte dos **atentados** ocorrem nas estações, a DSTP tem que estar preparada para implementar formas de controlo de passageiros e bagagens. Outro aspeto é que os bilhetes de transporte público de passageiros não são regra geral identificados, embora na CP e Metro exista um sistema de CCTV bastante desenvolvido, o qual permite em termos de investigação criminal **obter** facilmente fotografias.

Relativamente aos desafios à segurança no âmbito das competências da Divisão, referiu que as infraestruturas de transportes servem o público em geral e têm um papel económico fundamental, pelo que seria importante de futuro ter uma entidade aglutinadora de todas **as** autoridades, dos diferentes *players*, que se encontram nos interfaces, equacionando assim uma mudança de paradigma do controlo de segurança tradicional para garantir um maior e natural fluxo de passageiros principalmente quando existem grandes eventos, como é o **caso** Web Summit, Rock In Rio, acompanhamento de claques de Grandes Jogos de Futebol e **todo** e efeito psicológico que as grandes massas de adeptos provocam no passageiro. Outro desafio relativo à segurança que afeta estas áreas é que a ameaça é em grande parte imprevisível por não haver um controlo nominal do passageiro, não se perceber onde se encontra; outro é **a**

resiliência e a sustentabilidade dos sistemas de transportes públicos que dependem de uma abordagem orientada para objetivos como um ambiente flexível e uma avaliação constante, a qual é baseada na avaliação de risco e implementação de medidas de segurança que tenham em conta a especificidade dos diferentes módulos de transporte e ambiente local.

Relativamente aos números, referiu que a CP e Metro, na linha de Sintra e Azambuja até AGO2018 tinham cerca de 36 mil passageiros, e para igual período de 2019 cerca de 42 mil, na linha de Cascais, até AGO2018 acima dos 18 mil e em igual período deste ano acima dos 19 mil. No que ao terminal de Cruzeiros diz respeito, sendo um dos *hot spots* de policiamento existe um acréscimo se comparados os anos de 2017 e 2018 a atracagem de navios foi de 330 contra 339, e passageiros foi de 521 mil para 577 mil. Mencionou que o que se prevê em termos de política internacional é que o número de navios venha a diminuir, mas a sua dimensão aumente e consequentemente o número de passageiros também.

Falou do Projeto "Lisboa Destino Seguro", o qual decorre nas esquadras de Turismo, fazendo um patrulhamento específico no qual os agentes são identificados pelo carro patrulha com os dizeres "Tourism Support". Referiu que este é um projeto piloto, que depois de avaliado será capaz de criar parcerias e sinergias de apoio aos turistas – quando perdem os documentos, quando são vítimas de um crime através de ligações com as embaixadas, consulados, turismo de Lisboa, de Cascais, fazem ainda sessões de esclarecimento e formações em hotéis dos diferentes tipos de legislação que existe. Desenvolveram também um programa que se denomina "Hospitalidade segura", o qual visa os conhecimentos úteis relacionados com ocorrências que possam surgir dentro e fora das unidades hoteleiras para participação à PSP.

Referindo-se às estatísticas criminais referentes a AGO2019, ocorreram 139 roubos, 506 furtos não incluindo por carteirista, 19 agressões a revisores contra 38 no mesmo período do ano passado, apedrejamento 16, grafitação 29, o que dá um total de 709, contra 667 em 2018.

Passou a divulgar os dados da Esquadra de Oeiras, a qual tem a responsabilidade sobre a Linha de Cascais, referindo a evolução dos 5 crimes que mais subiram entre AGO2018 e AGO2019: ameaça e coação – em 2019 têm 5 contra 2 de 2018; burla informática e nas telecomunicações passaram de 6 para 12 em 2019; furto por carteirista em 2018 foram 6, sendo que em 2019 foram 12; furto de oportunidade de objeto não guardado foi de 4 contra 7 em 2019; Roubo em transporte público em 2018 foram 2 e em 2019 foi de 7. Passou depois a indicar os 5 crimes que mais desceram em igual período: furto de veículo motorizado, 2018 – 2, 2019 – 0; maus tratos ou sobrecarga de menores, 2 em 2018 contra 0 em 2019; ofensas à integridade física diminuiu de 8 em 2018 para 6 em 2019; outras burlas, 2 em 2018, 3 em 2019.

Com a apresentação desta estatística sobre a linha de Cascais terminou a sua apresentação.

Não havendo qualquer questão, o Sr. Presidente do CMS passou então a palavra ao Sr. Intendente Filipe Palhau, da Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa.

Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa – Intendente Filipe Palhau, deu início à sua apresentação fazendo o enquadramento referente à área de jurisdição, que além da cidade de Lisboa também engloba a A2, a Ponte 25 de Abril no percurso de Almada a Lisboa, a A8 entre as portagens de Loures a Lisboa, a A9 até ao nó de Belas, ainda a A16, o IP7, conhecido pelo

Eixo Norte-Sul, o IC2 que compreende o percurso Lisboa-Vila Franca de Xira, IC16, IC17, IC19 e o IC22 de Odivelas até à A9.

No que se refere ao organograma, mencionou que como em todas as instituições, têm uma parte administrativa e uma parte operacional, reportando-se apenas às 5 esquadras que compõem a Divisão de Trânsito de Lisboa, sendo elas: a Esquadra de Apoio, a 1ª Esquadra, Esquadra de Motociclistas, Esquadra de Sinistralidade Rodoviária e Esquadra de Fiscalização Técnica. No que às suas missões diz respeito, referiu que a Esquadra de Apoio faz atendimento ao público, processa as contraordenações, bem como o encaminhamento para a ANSR, faz a segurança a instituições e faz a receção e entrega de viaturas nos parques do Restelo e Telheiras. A 1ª Esquadra é muitas vezes reforçada pela Esquadra de Trânsito de Cascais, uma vez que regulariza o trânsito, reserva o estacionamento para entidades e eventos, também tem a seu cargo o polícia sinaleiro nas zonas históricas (ex. Belém), acompanha e monitoriza eventos e manifestações bem como provas desportivas. Relativamente à Esquadra de Motociclistas, a mesma tem a função de escolta a entidades, desembarço do trânsito (ex. recolha de órgãos em unidade hospitalar), participação de acidentes nas artérias de acesso a Lisboa, como é o caso dos ICS e IPS, faz ainda a fiscalização e prevenção rodoviária. A Esquadra de Fiscalização Técnica, faz a fiscalização do álcool, deteção de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, ainda o peso das viaturas, o tempo de descanso na condução e a questão da velocidade (radares). Tem ainda a competência da recuperação de viaturas pelos mais diversos motivos, sejam apreendidas pela segurança Social, Finanças, Tribunal, ou outras entidades. Quanto à Esquadra de Sinistralidade Rodoviária, a mesma tem a seu cargo a participação de acidentes de viação, elaboração e organização de processos de inquérito por acidente ou outros ilícitos rodoviários, investigação de acidentes de viação, presta serviço de apoio a outras divisões como Cascais no caso de existirem mortos. Quanto aos meios humanos, referiu serem suficientes os 360 polícias, os 60 motociclos, os 32 veículos bem com os 2 reboques.

Quanto ao campo da segurança rodoviária, referiu ser um problema complexo e multicausal das sociedades modernas, o qual cresceu em meados do Séc. XX com o aumento e surgimento do sistema de Transportes, uma vez que pode ter várias dimensões: humana, do veículo, da infraestrutura e do ambiente. Mencionou que para a PSP a maior preocupação é a vertente humana, uma vez que tem a vertente da condução, portanto, para as polícias que têm a competência de fiscalização do condutor isso é insuficiente porque o erro é humano, ganhando aqui as outras componentes como é o caso da infraestrutura, a intervenção na mesma (reportando-se à Marginal), e das suas irregularidades, multicausalidade, multidimensionamento, questões estas que têm que ver com o poder local e o poder central, uma vez que é complexo porque é interdependente com outras políticas públicas. Assim a segurança rodoviária não se revolve só com a visão da política e com intervenção ao nível do direito, mas com políticas públicas com intervenção de todos e gestão integrada de todos os atores. Referiu ainda o caráter imprevisível e a dinâmica da segurança rodoviária, os quais também têm que ser levados em conta, e para os quais também existem vários intervenientes: poder local, poder central, privados, concessionários e o próprio cidadão. Relativamente à segurança rodoviária mencionou a existência de vários tipos de processos: verticais, horizontais e transversais, referindo que se exige uma coordenação integrada de todos os atores e de todos os tipos de processos multinível para alguns deles ao nível local e outros ao nível nacional. Passando deste tipo de problemas do governo para a governação, ou seja o



governo está associado ao poder central não sendo suficiente a intervenção dos atores governativos para a resolução deste tipo de problemas complexos, tendo de se partir para a governação a qual consiste em associar ao poder central o poder local, os privados, bem como o próprio cidadão. Pretendendo-se assim um novo papel de todos numa política pública de segurança a nível nacional e local.

Mencionou o PENSE 2020, que é o Plano Nacional de Estratégia Rodoviária, ao qual se tem que criar uma resposta de proximidade dado os problemas complexos. O risco varia no tempo e espaço, o território tem características específicas e produz conhecimento. Mencionando Cascais, que tem uma população flutuante, características específicas e o turismo, impondo-se por isso a elaboração de um documento de mitigação do risco ancorado ao PENSE 2020, ao qual sejam incluídos planos de fiscalização articulados com vários atores, criando assim um observatório de segurança local associando várias entidades do concelho, e porquê trazer esta mensagem de Lisboa?, porque o CMS é o órgão de aconselhamento do Sr. Presidente em termos de Segurança.

Terminando assim a sua apresentação.

O Sr. Presidente do CMS, deu a palavra ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Inspectora Coordenadora-Superior Fátima Silva, tomou a palavra referindo que o SEF é um serviço de segurança que nos termos da Lei de Segurança interna tem competências específicas, que giram todas à volta do cidadão estrangeiro, as quais vão desde o aviso prévio à entrada do cidadão estrangeiro em território nacional através dos oficiais de ligação um pouco por todo o mundo, explicou, como é o caso dos serviços consulares com os quais o SEF tem relações quase diárias por causa da emissão de vistos e pareceres sobre os mesmos. Trabalham ainda a área de admissão no momento em que o cidadão entra em 1º contato com o nosso país, seja através dos postos de fronteira externos – espaço Schengen -, seja através dos postos formais como por ex. a delegação de Cascais, isto acontece quando vêm por terra e procuram um primeiro ponto de legalização. Referiu que trabalham a permanência, seja através da atribuição de prorrogações de prazos de permanências e vistos especiais, seja através da atribuição de algum dos artigos que permite trabalhar ou estudar em território nacional. Outro aspeto que também é competência do SEF prende-se com a integração, a qual também é muito trabalhada, e vai muito mais além do título de residência ou do pedido feito para esse efeito (um dos parceiros do SEF - Cascais, é a Direção Geral dos Serviços Prisionais), com forte incidência de população estrangeira a qual precisa de atenção e integração. Frisou que após a integração, surgem as situações de afastamento, as quais já vão incidir na área operacional do SEF, existem ainda os afastamentos coercivos, processos de expulsão judiciais, entre outros.

Mencionou que para além do tratamento de documentos elaborados diariamente na delegação de Cascais, onde atendem uma média de 200 pessoas por dia, também têm os postos de fronteira da Marina de Cascais e do aeródromo, assim para conseguir dar conta da amplitude de competências que começam no estrangeiro passam por território nacional e voltam novamente para o estrangeiro nos termos dos afastamentos referiu duas áreas fulcrais de

trabalho: A área de emissão de documentos de trabalho, que engloba toda a área de regularização em território nacional e a área da fiscalização. Pois são estas as principais áreas trabalhadas em Cascais, para além dos postos de fronteira, uma vez que este último é o controlo de passageiros e todo o controlo da documentação passa pelo SEF, tendo a PSP o controlo da segurança.

Mencionou que outra competência é a investigação criminal num âmbito específico, como é o caso de tráfico de seres humanos e imigração ilegal em articulação com a Polícia Judiciária. Trabalham ainda o asilo, conjuntamente com o CPR (Centro de Proteção do Refugiado) e várias associações que recebem requerentes de asilo, os quais são distribuídos a nível nacional. O SEF também faz a peritagem de documentos, em Cascais, já interagiram com a União de Freguesias de cascais Estoril, pelos surgimentos de atestados de residência falsos.

Relativamente à investigação criminal, referiu que muito se aborda este tema, mas dever-se-ia falar do trabalho feito em surdina o qual é feito no âmbito da prevenção da criminalidade em conjunto com outros órgãos de polícia criminal e tribunais e que são a execução de medidas cautelares, as quais são tomadas na área da documentação.

Passou então a palavra ao **Sr. Inspetor Luís Oliveira Martins** para apresentação dos dados relativos às operações do SEF até 30NOV2019, o qual referiu que em termos de operações, resultaram em fiscalizações às áreas mais abrangentes foram as unidades hoteleiras, terminais de transportes, estabelecimentos de restauração, de comércio, estabelecimentos de diversão noturna, fiscalizações na via pública, controlos móveis e ainda solicitações feitas ao SEF pela área documental, foram um total de 362 ações. Informou que no que respeitou às fiscalizações a terminais de transportes e aos controlos móveis as mesmas foram sempre feitas em estreita colaboração com a PSP e GNR.

Assim destas 362 ações cerca de 120 foram em colaboração com outros OPC, sem descurar as Finanças na vertente de inspeção tributária e aduaneira, com quem o SEF amiúde trabalha no âmbito de ações inspetivas, bem como com a ACT e outras entidades, referiu.

Das ações acima mencionadas tiveram um resultado inserido na política de imigração, na qual foram identificados diretamente 1622 cidadãos estrangeiros, e destas identificações resultaram 507 cidadãos que estavam em situação irregular ou que tinham sido alvo de notificação para abandono voluntário, referiu que em termos jurisdicionais Cascais é a segunda área do país com mais cidadãos estrangeiros, assim o número mencionado não é grave. Ainda assim referiu que resultaram 10 detenções por situação irregular, sendo que 3 delas tinham também criminalidade associada. Ainda dentro das competências do SEF, as quais são a permanência ou afastamento de cidadão estrangeiro de território nacional, foram executados 56 afastamentos coercivos, e 45 expulsões judiciais, bem como 2 conduções à fronteira. Terminou referindo-se aos postos de controlo de fronteira, um existente na Marina de Cascais, e outro que é ativado sempre que solicitado ao SEF e se situa no Aeródromo de Tires, no qual tiveram 709 solicitações de controlo de aeronaves circulantes em espaço Schengen, destas 709, tiveram 525 controladas com um elevado número de cancelamentos. Mas se comparado com igual número do ano anterior está-se em grande ascensão. Quanto ao posto de fronteira da Marina de Cascais, foram controladas 3174 embarcações, com um aumento significativo em relação ao ano anterior.

Após o término da apresentação do Inspetor Chefe Oliveira Martins, foi dada a palavra, pelo Sr. Presidente do CMS ao Dr. Rui Martins, Chefe da Divisão de Polícia Municipal de Cascais;

Polícia Municipal de Cascais - Subcomissário Rui Fernandes Martins: Começou por fazer uma breve apresentação dos recursos, competências e organização da Polícia Municipal, referindo os quatro setores em que a Divisão se encontra estruturada: Unidade de Policia Ambiental (UPAM), Setor Operacional Permanente (SOP), Setor de Trânsito (ST), e Unidade de Operações e Informações (UOPI) os quais trabalham de forma integrada e colaborativa para o sucesso das várias missões atribuídas à Polícia Municipal.

Mencionou que à UPAM compete a fiscalização da legislação e regulamentação da área do ambiente, com especial atenção para os Regulamentos de Higiene Urbana, Proteção da Árvore e Espaços Verdes e, ainda, legislação sobre Bem-estar Animal. Ao SOP, compete a vigilância a estabelecimentos de ensino, parque e instalações municipais, com funcionamento 24H, tem situações reais de incêndios e alarmes nesses mesmos edifícios. Fiscalizam igualmente obras e ruído associado às mesmas. O ST com vocação para policiamento de eventos desportivos e culturais, bem como regulação de trânsito nas vias municipais, e à UOPI compete a elaboração e apresentação dos planos mensais de atividade operacional, bem como as ações de sensibilização e de fiscalização gerais ou temáticas, compete ainda planear os policiamentos de eventos de natureza desportiva, recreativa ou outros a realizar pela Polícia Municipal, planear e acompanhar a execução coerciva das ordens emitidas pelos órgãos competentes do município, manter atualizado o registo das armas e munições e outros equipamentos de natureza estritamente policial.

Relativamente aos recursos humanos, tem atualmente um efetivo de 64 elementos, dos quais 67% são do sexo masculino e 33% são do sexo feminino.

Quanto aos meios ao dispor, salientou que os 8 motociclos patrulha, bem como as 6 bicicletas patrulha se revelam fundamentais para a fiscalização deste efetivo, mencionou que todas as viaturas estão equipadas com Desfibrilhador Automático Externo (DAE) e todo o efetivo está certificado para utilização dos mesmos.

Referiu ainda que todos os anos as solicitações crescem em quantidade e diversificam-se quanto à sua natureza. Ilustrou estas afirmações com um gráfico relativo às denúncias recebidas pela Polícia Municipal e integradas no sistema de gestão documental (que são apenas uma parte de um todo mais vasto), assim em 2019 foram recebidas cerca de 6.000 reclamações e respondidas cerca de 5.600, o que dá um equilíbrio sustentável entre recebidas e tratadas nos últimos 3 anos.

Mencionando as diligências realizadas pela Polícia Municipal em termos reativos, as mesmas foram cerca de 4.800 e planeadas cerca de 12.900, no que concerne às reativas mencionou as mais comuns de entre elas: estacionamento indevido, com aproximadamente 5 mil intervenções, seguida do ruído com cerca de 1500, bem como o estacionamento abusivo com igual valor, seguindo-se as queixas com animais de companhia com aproximadamente 600 diligências. Alertou também para os incidentes com as BICAS que só este ano já foram efetuadas cerca de 500 diligências neste campo, é um assunto que preocupa a Polícia Municipal, uma vez que tem aumentado significativamente.

Relativamente à resposta a alarmes, a mesma subiu de 117 em 2018, para 162 em 2019.

No que se refere aos autos de contraordenação rodoviários levantados, os mesmos rondam os 11mil, entre diretos e indiretos. Relativamente aos autos do regime geral das contraordenações só neste trimestre foram levantados 253.

Mencionou que no campo das detenções já foram efetuadas 83, essencialmente por condução sob o efeito de álcool e por falta de habilitação legal para conduzir. Quanto ao estacionamento abusivo, foram removidas 371 viaturas da via pública.

Frisou que a Polícia Municipal colaborou em diversos eventos organizados por associações e coletividades sem fins lucrativos, o que contribui para fomentar o desporto, a cultura e as atividades recreativas, referindo que foram empenhadas cerca de 7 mil horas de trabalho na participação de eventos como: Festas do Mar, Harley Davidson, Estoril Open, Cool Jazz, Conferências do Estoril, Meia Maratona de Cascais, Padel Masters, Corrida do CCD, Festa da Criança, Rally de Portugal, Procissão de Alcabideche, Veiculo Autónomo, demolições e Passeio Canino, com mais de 300 crianças envolvidas.

Terminou a sua intervenção, fazendo referência às ciclo patrulhas de trânsito na orla costeira, que são uma mais-valia, e referindo ainda a participação da PM no torneio de futebol organizado pela JF Alcabideche e na Bêncão dos Capacetes no Santuário de Fátima.

Terminada a apresentação do Subcomissário Rui Martins, o Sr. Presidente do CMS agradeceu as apresentações e o trabalho que tem vindo a ser feito por todas as Forças de Segurança, salientando duas situações, das quais gostaria de dar nota. A primeira é o facto de que a Câmara Municipal mantém disponibilidade para apoiar as Forças de Segurança, quer seja ao nível de instalações, quer seja ao nível de veículos, quer seja a nível de fardamento e equipamentos de segurança dos vários agentes, algo que para a Câmara tem especial preocupação. Informou que no caso dos equipamentos, vão iniciar-se as obras no Quartel da GNR. A segunda nota, foi o facto da PSP ter referido, e apesar da CMC ter avançado com a entrega de viaturas, apenas existir uma viatura para cada uma das antigas freguesias, mas referiu que está a CMC receptiva a poder estudar o reforço das mesmas, seja para a PSP, GNR, Polícia Marítima. Uma vez que a Polícia Municipal ficou para o final, mencionou que a mesma já tem indicações para poder ser reforçada, embora não o quisesse fazer enquanto havia necessidade das restantes Forças de Segurança.

Deu nota aos Srs. Conselheiros que o Aeroporto de Cascais passou a ter prioridade máxima e agradeceu à PSP a sua colaboração, bem como o acompanhamento desde a primeira hora, referindo que se está a preparar a nova aerogare, na qual se encontra a Esquadra da PSP, permitindo a sua permanência, mas também a do SEF e da GNR para atuação no que diz respeito à parte tributária.

Mencionou que relativamente às instalações do SEF se está a avançar com o Centro de Controlo e Comando, o qual vai possibilitar libertar as instalações agora ocupadas pela Polícia Municipal e que se transferirão para o C3, que ficam nas instalações da Automar, junto à A5, ficando assim o SEF também com instalações mais condignas.

Deu nota ao CMS que o município está, conjuntamente com a GNR e PSP, a avançar com um sistema de videovigilância no concelho. Informou ainda que o município também está disponível para avançar com a solicitação do Superintendente Chefe Jorge Maurício, a qual se

baseia num projeto-piloto para o território de Cascais, nomeadamente ao nível de equipamento e que tem capacidade de contagem e controlo de multidões e população.

Reforçou a ideia inicial de abertura do CMS, dizendo que estão a fazer o exercício da democracia, a qual num estado de direito com é o português tem que garantir um conjunto de direitos aos cidadãos, mas também frisou que não há direitos sem obrigações e estas têm que estar no mesmo patamar e enquanto responsável político local considera que não deve facilitar, obrigações essas que têm que ser cumpridas, facto pelo qual nunca deixa de estar próximo das Forças de Segurança na sua defesa que muitas vezes passa por não fazer alarme de algumas situações.

Salientou ainda, o facto de estarem a avançar com as *Smart Cities*, para se poder reunir para partilha de informação do ponto de vista da segurança, estando também a fazer uma ação de sensibilização junto do SIS, com alguns colaboradores da CMC e outros serviços públicos, a base foi que nós enquanto autarquia dispomos de determinada informação, a qual a nós não nos serve, mas passada a alguém que tem determinada competência pode ser útil, é esse canal que se está a formar.

Informou o CMS que irá haver um acréscimo ao nível do transporte público coletivo no concelho de Cascais (aguarda-se o visto do Tribunal de Contas), para que o mesmo seja gratuito para os cidadãos de Cascais, os que trabalham e que estudam em Cascais, informou ainda que já encetaram contatos com a CP para que o mesmo aconteça com o transporte ferroviário entre Carcavelos e Cascais, isto levará a uma maior procura dos transportes públicos e a novas situações que se vão colocar. Informou ainda que estes transportes irão estar dotados de sistemas que poderão servir para salvaguarda e prevenção de questões a nível de risco.

Questionou assim os Srs. Conselheiros se algum tinha alguma intervenção a fazer ou questão a colocar, ou ainda um comentário a fazer.

Tomou então a palavra o **Professor Enoque Ferreira, em representação dos Estabelecimentos de Ensino Privados**, agradecendo a presença da Escola Segura, referindo que sempre que a Polícia Municipal não consegue assegurar o apoio aos eventos a Escola Segura fá-lo de forma exemplar, bem como ações de formação. Colocou também a questão relativa à divulgação dos desfibrilhadores, referindo que seria importante a prevenção primária junto das escolas, nomeadamente na prevenção de primeiros socorros, o que seria uma mais-valia se todos os Professores pudessem ter essa formação.

O Sr. Presidente do CMS respondeu à questão referindo que os carros da Polícia Municipal já estão todos equipados com os mesmos, e que se as Forças de Segurança assim o entenderem poderão também adquiri-los, pois a CM está em condições de os fornecer. Informou ainda que os desfibrilhadores se encontram espalhados por vários pontos, nomeadamente farmácias e escolas com determinado número de alunos. Informou que juntamente com a ação de formação de utilização dos desfibrilhadores, há uma formação a nível de suporte básico de vida, o que refere é algo diferente, é algo a nível de primeiros socorros, encaminhando assim assunto para o Sr. Vereador Frederico Pinho de Almeida, que tem o Pelouro da Educação e da Saúde, informando que o mesmo está a desencadear esses mecanismos junto das instituições

parceiras como é o caso da Cruz Vermelha, para proporcionar esse tipo de formação com os Bombeiros. Mas informou ainda que quando se trata de professores, a Câmara, normalmente, informa das diversas ações e os próprios escolhem de entre as diversas.

O professor Enoque Ferreira voltou a questionar o Sr. Presidente do CMS sobre a questão das formações, uma vez que representa os estabelecimentos de ensino privados e a informação do Centro de Formação de Professores não chega tão célere a estas escolas e uma vez que para este tipo de ação deveria fazê-lo e dado a informação chegar tardiamente como é que os estabelecimentos do privado conseguem chegar a esse espaço de formação.

O Sr. Presidente do Conselho Municipal de Segurança respondeu dizendo que este tipo de questões deveria ser colocada no âmbito da Educação e Saúde, no que ao Centro de Formação de Professores dizia respeito referiu que o concelho de Cascais é um concelho atípico, uma vez que não faz distinções entre públicos e privados.

E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada em Conselho Municipal de Segurança, vai ser assinada pelo Presidente.

O Presidente do Conselho Municipal de Segurança



Carlos Carreiras